

Brasil PCH S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil PCH S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.c) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados na referida nota explicativa. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo do ativo diferido, conforme descrito na nota explicativa nº 3.e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9 "T" SP

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17		explicativa	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
ATIVOS CIRCULANTES											
Caixa e equivalentes de caixa	9	4.168	115.325	63.667	148.692	PASSIVOS CIRCULANTES					
Aplicações financeiras - contas vinculadas	10	94.994	-	94.994	-	Fornecedores	11	12	350	766	
Contas a receber de clientes	11	-	-	58.189	55.848	Financiamentos - BNDES	19	-	-	-	82.691
Dividendos a receber	14.c) e 15	268.683	182.900	-	-	Empréstimos - PETROS	20	-	133.801	-	133.801
Impostos a recuperar		3.007	5.684	6.616	7.079	Debêntures	21	41.758	-	41.758	-
Despesas antecipadas		22	22	947	1.618	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		159	159	1.745	1.611
Outros ativos circulantes		397	480	121	656	Impostos e contribuições a recolher	23	8	7	1.743	2.290
Total dos ativos circulantes		371.271	304.411	224.534	213.893	Provisão para férias e 13º salário		-	-	1.573	1.606
ATIVOS NÃO CIRCULANTES											
Ativos vinculados - BNDES	12	-	-	-	27.737	Dividendos a pagar	27.c) e 15	17.999	65.135	17.999	65.135
Impostos e contribuições diferidas	30	-	-	9.825	8.931	Receita diferida	24	-	-	120.126	90.954
Impostos a recuperar		5.016	1.717	5.754	2.157	Instrumento financeiro derivativo - "swap"	21	129	-	129	-
Depósitos judiciais	13	1.484	1.265	13.965	11.769	Provisão para contrato oneroso	26	11.277	5.822	11.277	5.822
Outros ativos não circulantes		-	-	287	-	Provisões para riscos	25	196	187	1.132	972
Investimentos	14	770.714	644.820	-	-	Provisões para compromissos futuros	22	-	-	4.003	3.211
Imobilizado	16	14	21	1.043.546	1.076.252	Outros passivos		705	1.509	844	1.652
Intangível	17	41	53	10.964	8.961	Total dos passivos circulantes		72.242	206.632	202.679	390.511
Diferido	18	-	6.257	-	-	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Total dos ativos não circulantes		777.269	654.133	1.084.341	1.135.807	Financiamentos - BNDES	19	-	-	-	184.159
TOTAL DOS ATIVOS											
		1.148.540	958.544	1.308.875	1.349.700	Empréstimos - PETROS	20	-	436.843	-	436.843
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
						Debêntures	21	863.854	-	863.854	-
						Provisão para contrato oneroso	26	26.111	33.863	26.111	33.863
						Provisões para compromissos futuros	22	-	-	29.685	29.205
						Provisões para riscos	25	1.497	1.265	1.710	1.435
						Total dos passivos não circulantes		891.462	471.971	921.360	685.505
						Total dos passivos		963.704	678.603	1.124.039	1.076.016
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	27	109.032	109.032	109.032	109.032
						Reservas de lucros		21.806	109.032	21.806	102.775
						Dividendos adicionais propostos		53.998	61.877	53.998	61.877
						Total do patrimônio líquido		184.836	279.941	184.836	273.684
						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
								1.148.540	958.544	1.308.875	1.349.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	28	-	-	408.659	390.922
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	16 e 17	-	-	(34.268)	(39.227)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 24.b)	-	-	(15.896)	(15.896)
Custos com pessoal		-	-	(13.994)	(15.126)
Custos com manutenção		-	-	(11.170)	(9.867)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(5.985)	(5.438)
Custos com seguros		-	-	(2.529)	(2.703)
Custos com operação		-	-	(2.181)	(2.449)
Taxas setoriais		-	-	(1.056)	(815)
Custos com meio ambiente		-	-	(790)	(965)
Outros custos		-	-	(298)	(261)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(88.167)	(92.747)
LUCRO BRUTO		-	-	320.492	298.175
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal e administradores		(1.100)	(1.074)	(8.950)	(8.705)
Administrativas e gerais		(217)	(166)	(2.736)	(2.414)
Depreciação e amortização	16 e 17	(6.290)	(7.574)	(35)	(71)
Reversão com contrato oneroso	26	2.528	19.767	2.528	19.766
Outras despesas		(406)	(291)	(5.148)	(2.418)
Total		(5.485)	10.662	(14.341)	6.158
Resultado de equivalência patrimonial	14	276.888	242.714	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		271.403	253.376	306.151	304.333
Despesas financeiras	29	(115.166)	(59.176)	(134.731)	(92.538)
Receitas financeiras	29	4.152	9.536	10.417	14.268
Total do resultado financeiro		(111.014)	(49.640)	(124.314)	(78.270)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		160.389	203.736	181.837	226.063
Corrente	30	-	-	(15.600)	(15.326)
Diferido	30	-	-	409	573
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30	-	-	(15.191)	(14.753)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		160.389	203.736	166.646	211.310
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		1,70	2,16		
Quantidade média ponderada de ações		94.187.831	94.187.831		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	160.389	203.736	166.646	211.310
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>160.389</u>	<u>203.736</u>	<u>166.646</u>	<u>211.310</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados controladora	Patrimônio líquido controladora	Ativo diferido - vide NE 18	Patrimônio líquido consolidado
		Reserva legal	Lucros retidos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	109.032	16.874	-	43.713	-	169.619	(13.831)	155.788
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,46 por ação)	-	-	-	(43.713)	-	(43.713)	-	(43.713)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	203.736	203.736	7.574	211.310
Destinações:								
Reserva legal	27.b) e c)	4.932	-	-	(4.932)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	27.b) e c)	-	87.226	-	(87.226)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,53 por ação)	27.c)	-	-	-	(49.701)	(49.701)	-	(49.701)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,66 por ação)	27.c)	-	-	61.877	(61.877)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	109.032	21.806	87.226	61.877	-	279.941	(6.257)	273.684
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,66 por ação)	-	-	-	(61.877)	-	(61.877)	-	(61.877)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	160.389	160.389	6.257	166.646
Destinações:	27.b) e c)							
1º semestre de 2018:								
Dividendos aprovados (R\$0,23 por ação)	27.c)	-	-	-	(22.098)	(22.098)	-	(22.098)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,70 por ação)	27.c)	-	-	66.294	(66.294)	-	-	-
2º semestre de 2018:								
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,19 por ação)	27.c)	-	-	-	(17.999)	(17.999)	-	(17.999)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,57 por ação)	27.c)	-	-	53.998	(53.998)	-	-	-
Distribuição dividendos - lucros retidos 2017 - AGE de 08/10/18	-	-	(87.226)	-	-	(87.226)	-	(87.226)
Distribuição dividendos adicionais - 1º semestre de 2018 - AGE de 08/10/18	-	-	-	(66.294)	-	(66.294)	-	(66.294)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	109.032	21.806	-	53.998	-	184.836	-	184.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		160.389	203.736	181.837	226.063
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e Intangível	16, 17 e 33	-	65	5.132	3.537
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	19 e 20	102.549	51.881	120.998	83.374
Atualização financeira sobre ativos vinculados e depósitos judiciais	29	(994)	-	(2.588)	(2.340)
Atualização financeira sobre contrato oneroso	26	4.785	7.225	4.785	7.225
Atualização financeira sobre compromissos futuros	22	-	-	483	1.619
Depreciação e amortização	16 e 17	19	5	34.303	39.232
Amortização do ativo diferido	18	6.257	7.574	-	-
Amortização do prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 24.b)	-	-	15.896	15.896
Equivalência patrimonial	14	(276.888)	(242.714)	-	-
Constituição do ajuste MRE e garantia física	24	-	-	13.276	18.600
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE	30	-	-	(485)	(679)
(Reversão) Constituição da provisão para contrato oneroso	26	(1.827)	(19.767)	(2.528)	(19.767)
Provisão para "swap"	21	129	-	129	-
Reversão de provisões para compromissos futuros	22 e 33	-	-	-	(311)
Provisão para riscos	25	241	1.223	435	590
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(2.341)	(12.103)
Impostos a recuperar		(622)	1.176	(2.920)	1.064
Despesas antecipadas		-	-	297	157
Outros ativos		83	(74)	248	(209)
Fornecedores		(1)	(403)	(416)	267
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	39	134	291
Impostos e contribuições a recolher		-	(1)	(10.162)	(10.209)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	(33)	(22)
Receita diferida	24	-	-	-	-
Pagamento de contrato oneroso	26	(5.255)	(12.612)	(4.554)	(12.612)
Pagamento de compromissos futuros	22	-	-	(2.040)	(1.930)
Outros passivos		(802)	(1.209)	(807)	(1.162)
Caixa gerado nas operações		(11.937)	(3.856)	349.079	336.571
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	14.c)	152.910	212.051	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	19 e 20	(536.297)	(99.181)	(554.640)	(127.674)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(5.986)	(8.246)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(395.324)	109.014	(211.547)	200.651
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aumento de capital em controladas	14	(87.700)	-	-	-
Abertura de conta vinculada	21	(94.000)	-	(94.000)	-
Depósitos judiciais		(219)	(513)	(1.884)	(2.134)
Resgate de aplicações financeiras de ativos vinculados - BNDES	12	-	-	28.805	3.782
Aquisição de imobilizado e Intangível	16, 17 e 33	-	-	(5.529)	(7.510)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(181.919)	(513)	(72.608)	(5.862)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação líquida de debêntures	21	889.516	-	889.516	-
Dividendos pagos	27.c)	(302.630)	(75.000)	(302.630)	(75.000)
Financiamentos e empréstimos pagos	19 e 20	(120.800)	(28.000)	(387.756)	(109.255)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		466.086	(103.000)	199.130	(184.255)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(111.157)	5.501	(85.025)	10.534
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	9	115.325	109.824	148.692	138.158
No fim do exercício	9	4.168	115.325	63.667	148.692
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(111.157)	5.501	(85.025)	10.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil PCH S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Brasil PCH"), constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR Participações S.A., participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de "Grupo Brasil PCH" ou "Grupo"), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à Administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. ("Funil")

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no município de Dolores do Guanhães - MG. Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 14,54 MWm. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que, por meio da Portaria MME nº 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2019 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no município de Alfredo Chaves - ES. Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física de 13,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no município de Três Rios - RJ. Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 26,10 MWm. Iniciou sua operação comercial em 09 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 4 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. ("Carangola")

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física de 9,57 MWm. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. ("Jataí")

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no município de Jataí - GO. Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 20,35 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. Em 14 de junho de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 38, revisando o valor da garantia física da PCH de 19,25 MWm para os atuais 20,35 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 14 de junho de 2012.

- Bonfante Energética S.A. ("Bonfante")

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira - MG. Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física de 13,48 MWm. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2019 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Irara Energética S.A. ("Irara")

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no município de Jataí - GO. Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,21 MWm. Iniciou sua operação comercial em 06 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. ("Calheiros")

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ. Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MWm. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. ("Caparaó")

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no município de Dorcas do Rio Preto - ES. Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física de 2,61 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2019 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Monte Serrat Energética S.A. ("Monte Serrat")

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no município de Comendador Levy Gasparian - RJ. Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física de 18,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2019 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. ("São Simão")

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no município de Alegre - ES. Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física de 15,20 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. ("São Pedro")

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no município de Domingos Martins - ES. Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,41 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2019 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Retiro Velho Energética S.A. ("Retiro Velho")

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no município de Aporé - GO. Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física de 13,15 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032. Em 10 de maio de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 28, revisando o valor da Garantia Física da PCH de 11,06 para os atuais 13,15 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 10 de maio de 2012.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 para 13,15 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2019 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e energia anual assegurada das controladas da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Mecanismo de realocação de energia - MRE – Consolidado

Todas as controladas do Grupo Brasil PCH fizeram opção por participar com suas PCHs do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das Companhias no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Os ajustes referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017, inicialmente previstos para incidirem nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente, bem como correções dos anos de 2013 a 2015, ainda não foram efetivados devido à liminar que havia sido obtida pela ELETROBRAS que, indiretamente, protegia todas as usinas do PROINFA e, conseqüentemente, o Grupo Brasil PCH. Em função da queda dessa liminar em setembro de 2018, para o exercício de 2019, estima-se que a ELETROBRAS irá reter do faturamento da Companhia o montante de R\$133.292 (não auditado) (124.579 – não auditado – em 31 de dezembro de 2017), referente aos ajustes totais do contrato PROINFA no âmbito do MRE, relativo aos exercícios supracitados e ao exercício de 2018, corrigido para data base de 31 de dezembro de 2018.

1.2. Repactuação de risco hidrológico - Consolidado

O governo sancionou a Lei nº 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa nº 684/2015 que tratam da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico referente à todas as PCHs do Grupo, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs será tratado, conforme legislação, como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020. O montante da exposição ao contrato repactuado, líquido do prêmio na data-base de 31 de dezembro de 2018, é de R\$40.126 (R\$52.622 em 31 de dezembro de 2017). Este montante será reconhecido no ativo como despesa antecipada quando pago e será apropriado ao resultado como prêmio de seguro na linha de custo das vendas de energia de forma linear no resultado até junho de 2020. Ressalta-se que enquanto não há o referido pagamento, o prêmio de seguro está sendo registrado contabilmente em contrapartida da rubrica receita diferida.

Até 31 de dezembro de 2018, os ajustes financeiros do exercício de 2015 ainda não foram retidos pela ELETROBRAS do faturamento e, por isso, não há o reconhecimento da despesa antecipada. A Companhia possui a expectativa que a retenção das exposições do exercício de 2015 iniciará partir de 2019.

No exercício de 2018, foi reconhecido no resultado o montante de R\$15.896 (R\$15.896 em 2017), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo das vendas de energia.

Os impactos da repactuação acumulados em cada um dos anos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Ajuste "Generation Scaling Factor" (GSF) (repactuação risco hidrológico)	(103.753)	(100.353)
(+) Prêmio de risco incorrido (ver nota explicativa nº 24.a))	63.627	47.731
(=) impacto acumulado repactuação líquido do prêmio	(40.126)	(52.622)

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009. O Ministério Minas e Energia (MME) restabeleceu, por meio da Portaria nº 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as PCHs da Companhia, com exceção da PCH Funil.

Em 23 novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria MME nº 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em paralelo aos processos judiciais, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2019 a abertura de consulta pública para debater a nova proposta do MME.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada, e a Companhia está realizando a provisão no valor de R\$29.370, conforme divulgado na nota explicativa nº 22.c), para resguardar a hipótese de perda na demanda e consequentemente ajuste no faturamento da Companhia no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

1.4. Sinistro PCHs Bonfante Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A. e Santa Fé Energética S.A.

Todos os sinistros registrados nas empresas do Grupo Brasil PCH, após o início da operação comercial das usinas, aparecem destacados a seguir.

Bonfante Energética S.A.

Em Bonfante, a unidade geradora ficou indisponível em dezembro de 2012, devido a ocorrência de danos no multiplicador de velocidades. Em abril de 2013, a unidade geradora retomou parcialmente a produção, enquanto concluíam-se as importações de peças originais para liberação da produção total em janeiro 2014 (o sinistro foi economicamente encerrado em 2017).

Monte Serrat Energética S.A.

Em 15 de novembro de 2017 a geração da unidade 2 da PCH Monte Serrat foi interrompida devido à constatação de ruído anormal e atuação da proteção de vibração axial no multiplicador de velocidade. Com a constatação de dano no Pinhão Solar do Multiplicador de Velocidade da referida unidade, em dezembro de 2017 foram tomadas as medidas necessárias para os reparos, sendo a retomada total da produção registrada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 11 de março de 2018, a geração da unidade 02 da PCH Monte Serrat Energética foi interrompida para análise e reparos das avarias identificadas nas grades da tomada d'água da UG02, após ruptura da estrutura do "log boom". Em 20 de abril de 2018, a operação foi retomada.

Santa Fé Energética S.A.

Na PCH Santa Fé a indisponibilidade da unidade geradora 02 foi registrada no decorrer do exercício de 2016, devido a ocorrência de danos no estator do gerador em 13 de junho de 2016, sendo a produção retomada em agosto de 2016. (O sinistro foi economicamente encerrado em 2017.)

Em função dos sinistros acima apresentados, foi reconhecido no resultado do exercício de 2018 um ganho de R\$961 (R\$2.055 em 2017). Os respectivos valores são referentes aos recebimentos finais de indenizações por parte da seguradora com relação aos sinistros ocorridos no Grupo Brasil PCH.

1.5. Transferência de ativos regulatórios

Conforme Resolução Normativa da ANEEL nº 506/2012, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as empresas abaixo do Grupo Brasil PCH, realizaram as transferências das subestações e de pontos de conexão ("bay") para as distribuidoras, resultando uma baixa no valor residual de R\$3.642 no ativo imobilizado, reconhecido no resultado na rubrica de outras receitas (despesas):

<u>PCHs</u>	<u>Distribuidora</u>	<u>31/12/18</u>
Caparaó Energia S.A. ("bay")	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	29
Carangola Energia S.A. ("bay")	Cemig Distribuição S.A.	454
Funil Energia S.A. ("bay")	Cemig Distribuição S.A.	536
Irara Energética S.A. ("bay")	CELG Distribuição S.A.	303
Jataí energética S.A. ("bay")	CELG Distribuição S.A.	297
São Joaquim Energia S.A. (SE)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	675
São Pedro Energia S.A. (SE)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	1.348
Total		<u>3.642</u>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras individuais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").
- b) As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao ativo diferido reconhecido conforme nota explicativa nº 3.e) está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
<u>Patrimônio líquido</u>		
Saldo da controladora	184.836	279.941
Ativo diferido da controladora baixado para fins de consolidação	-	(6.257)
Saldo do consolidado	<u>184.836</u>	<u>273.684</u>
<u>Resultado</u>		
Lucro líquido do exercício - Controladora	160.389	203.736
Reversão da amortização do diferido	6.257	7.574
Lucro líquido do exercício - Consolidado	<u>166.646</u>	<u>211.310</u>

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

- (i) Custo amortizado de ativo financeiro ou passivo financeiro: o valor pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos a amortização do principal, mais ou menos a amortização acumulada, utilizando-se o método de juros efetivos, de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor no vencimento e para ativos financeiros ajustados por qualquer provisão para perdas.

(ii) Valor justo por meio do resultado – ativo financeiro que:

- É adquirido ou incorrido principalmente para ser vendido ou recomprado no curto prazo.
- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(iii) Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado – Passivo financeiro que atenda a uma das seguintes condições:

- Atenda à definição de mantido para negociação.
- No reconhecimento inicial, seja designado pela entidade como ao valor justo por meio do resultado.
- Seja designado, por ocasião do reconhecimento inicial ou subsequentemente, como ao valor justo por meio do resultado.

(iv) Derivativo - Instrumento financeiro ou outro contrato dentro do alcance deste pronunciamento com todas as três seguintes características:

- Seu valor é modificado em resposta à alteração em determinada taxa de juros, preço de instrumento financeiro, preço de commodity, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, classificação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável (algumas vezes denominada “subjacente”), desde que, no caso de variável não financeira, essa variável não seja específica a uma das partes do contrato.
- Não exige nenhum investimento líquido inicial ou investimento líquido inicial, que seja menor do que seria necessário para outros tipos de contratos, que se esperaria que tivessem resposta similar a alterações nos fatores de mercado.
- Seja liquidado em data futura.

b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas mantiveram o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 731, de 23 de agosto de 2016, que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de Autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e do Decreto nº 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 17, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e) Diferido

Registrado ao custo de formação. Na Companhia, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), desde a data do início de suas operações pelo prazo de dez anos, com previsão final de amortização para o ano de 2018.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser eliminado contra as reservas de lucros.

Em outubro de 2018, a Companhia realizou a quitação do empréstimo da Petros o saldo do ativo diferido foi amortizado totalmente contra resultado.

f) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- (i) Provisões para riscos: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo da vida do contrato.

i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

j) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

k) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimos e financiamentos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCHPAR Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

n) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

o) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

p) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

As normas brasileiras de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
- Alterações ao CPC 26 - Alterações ao CPC 36, CPC 45 e CPC 18 - Alterações ao CPC 27 e CPC 04 - CPC 48 – IFRS 9 - CPC 47 – IFRS 15	- Iniciativa de Divulgação - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - Instrumentos Financeiros - Contratos de Clientes

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Pronunciamento	Descrição
- IFRS 16 - IFRS 17 - Alterações à IFRS 9 - Alterações à IAS 28 - Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2015–2017 - Alterações à IAS 19 – Plano de Benefícios Definidos - IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) - IFRIC 23	- Arrendamento Mercantil - Contratos de Seguros - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e "Joint Ventures" - Alterações à IFRS 3 – Combinações de Negócios, IFRS 11 – Negócios em Conjunto, IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 23 - Custos de Empréstimos - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

A Companhia realizou análise sobre os impactos do CPC 47 – Contrato de Clientes e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e, não foi identificado reflexos na contabilização destes pronunciamentos, uma vez que o contrato de fornecimento firmado com a ELETROBRAS já possui a quantidade de energia a ser gerada pré-determinada. Adicionalmente, a Companhia não possui perdas esperadas de recebíveis.

Com relação aos demais pronunciamentos, a Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas indiretas a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 11.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 84% a 98,2% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 9 e nº 10. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures junto aos Bancos Itaú Unibanco S.A. (CDI+ 2,39%) e Santander Banco Santander S.A. (IPCA+8,2647%), conforme apresentado na nota explicativa nº 21.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 31.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme nota explicativa nº 32.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

A Companhia possui empréstimo bancário que contém cláusula restritiva ("covenants") deverá ser apresentado o Índice de Cobertura do serviço da Dívida (ICSD) superior ou equivalente a 1,20, sempre que for realizada Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares – trimestral ou semestral). O não cumprimento dessa cláusula restritiva pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de vencimentos dos financiamentos, detalhada na nota explicativa nº 21.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Brasil PCH deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	11	-	-	11
Debêntures	25.473	150.488	1.195.600	1.371.561
Outros passivos	705	-	-	705
Total	<u>26.189</u>	<u>150.488</u>	<u>1.195.600</u>	<u>1.372.277</u>

Consolidado

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	350	-	-	350
Debêntures	25.473	150.488	1.195.600	1.371.561
Outros passivos	844	-	-	844
Total	<u>26.667</u>	<u>150.488</u>	<u>1.195.600</u>	<u>1.372.755</u>

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram suas eventuais exposições contratuais.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL nº	Data da Resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada - MW
Bonfante	357	28/08/2001	30 anos	19
Carangola	356	23/12/1999	30 anos	15
Calheiros	12	14/01/2000	30 anos	19,5
Caparaó	369	30/12/1999	30 anos	4,5
Funil	361	23/12/1999	30 anos	22,5
Irara	525	25/09/2002	30 anos	30
Jataí	741	19/12/2002	30 anos	30
Monte Serrat	356	28/08/2001	30 anos	25
Retiro Velho	626	13/11/2002	30 anos	18
Santa Fé	608	06/11/2002	30 anos	30
São Joaquim	404	19/10/2000	30 anos	21
São Pedro	604	19/11/2003	30 anos	30
São Simão	84	23/03/2001	30 anos	27

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do contrato (milhões de reais – R\$)	Energia anual contratada – MWh	Preço histórico – R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETOBRAS	281.272	115.893	121,35	266,28	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	ELETOBRAS	202.548	83.456	121,35	266,28	mai.-08	abr.-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ELETOBRAS	228.228	94.037	121,35	266,28	set.-08	set.-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ELETOBRAS	54.054	22.272	121,35	266,28	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Funil	ELETOBRAS	302.441	124.615	121,35	266,28	mai.-08	mai.-28	IGP-M	Junho
Irara	ELETOBRAS	379.529	156.378	121,35	266,28	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Jataí	ELETOBRAS	423.293	174.410	121,35	266,28	jun.-08	jun.-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ELETOBRAS	379.134	156.215	121,35	266,28	jun.-09	jun.-29	IGP-M	junho
Retiro Velho	ELETOBRAS	275.484	113.508	121,35	266,28	jun.-09	jun.-29	IGP-M	junho
Santa Fé	ELETOBRAS	546.810	225.303	121,35	266,28	jul.-08	jun.-28	IGP-M	junho
São Joaquim	ELETOBRAS	280.619	115.624	121,35	266,28	mai.-08	mai.-28	IGP-M	junho
São Pedro	ELETOBRAS	387.888	159.822	121,35	266,28	jun.-09	jun.-29	IGP-M	junho
São Simão	ELETOBRAS	319.677	131.717	121,35	266,28	jun.-09	jun.-29	IGP-M	junho

(*) Base Junho de 2018.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ativo diferido.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (CPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2018, não havia, na Controladora, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 31 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (vii) Provisão para contrato oneroso: os contratos onerosos são reconhecidos quando os custos do contrato excedem os benefícios econômicos destes contratos. A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as premissas utilizadas para determinação do valor dos contratos onerosos.

8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.
- Eliminação do ativo diferido em contrapartida da reserva de lucros.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Bancos	30	5	42	16
Aplicações financeiras	4.138	115.320	63.625	148.676
Total	4.168	115.325	63.667	148.692

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB-DI e Fundo de Renda Fixa- DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 84% a 98,2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTAS VINCULADAS

Em consonância com a cláusula 10.1 da escritura de emissão da primeira série de debêntures em 15 de outubro de 2018 (vide nota explicativa nº 21), a Companhia mantém aplicações financeiras em contas vinculadas no montante de R\$94.994 em 31 de dezembro de 2018. Este valor deverá ficar aplicado no Fundo BNP PARIBAS SOBERANO FIC DE FI RENDA FIXA – SIMPLES, até que haja uma sinalização da ELETROBRAS para iniciar os descontos dos ajustes do PROINFA. Esta aplicação é remunerada a taxa de mercado de 94,15% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A Companhia estima que os descontos serão realizados no exercício de 2019.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$58.189 em 31 de dezembro de 2018 (R\$55.848 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - ELETROBRAS, inexistindo contas a receber vencidas na data das demonstrações financeiras.

12. ATIVOS VINCULADOS - BNDES (CONSOLIDADO)

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, o saldo de financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foi integralmente quitado em 19 de outubro de 2018, deste modo extinguiu-se a exigibilidade da conta reserva vinculada. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo apresentado era de R\$27.737.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Tributários (a)	1.484	1.265	1.484	1.265
Desapropriações e servidões (b)	-	-	12.481	10.504
Total	1.484	1.265	13.965	11.769

- (a) Refere-se a processo envolvendo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto nº 8.426/2015.
- (b) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

14. INVESTIMENTOS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	Controladora	
	31/12/18	31/12/17
No início do exercício	644.820	628.110
Dividendos adicionais aprovados	(172.932)	(168.359)
Dividendos mínimos obrigatórios	(65.762)	(57.645)
Aumento de capital em controladas	87.700	-
Equivalência patrimonial	276.888	242.714
No fim do exercício	770.714	644.820

a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR Participações S.A. em 2018 e 2017 são apresentados como segue:

	31/12/18	31/12/17
Ativo circulante	216.729	129.952
Ativo não circulante:	822.762	697.855
Investimentos	822.025	697.415
Outros	737	440
Passivo circulante	268.777	182.987
Patrimônio líquido	770.714	644.820
Quantidade de ações	377.645.430	327.813.400

Os principais saldos de resultado da PCHPAR Participações S.A. em 2018 e 2017 são apresentados como segue:

	31/12/18	31/12/17
Lucro antes do resultado financeiro	276.847	242.652
Lucro antes dos impostos	276.888	242.720
Lucro líquido	276.888	242.714

b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2018 e 2017 são apresentados como segue:

	31/12/18				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	8.612	79.478	30.571	1.963	55.556
Calheiros	7.068	64.808	22.412	1.733	47.731
Caparaó	1.859	21.888	5.685	1.239	16.823
Carangola	6.552	47.541	20.018	149	33.926
Funil	9.448	68.770	29.146	98	48.974
Irara	11.622	101.262	32.524	4.438	75.922
Jataí	12.557	99.152	35.985	1.355	74.369
Monte Serrat	10.776	111.378	33.081	3.373	85.700
Retiro Velho	7.755	94.683	27.232	802	74.404
Santa Fé	14.731	125.546	29.086	12.112	99.079
São Joaquim	8.994	62.990	19.270	1.260	51.454
São Pedro	12.204	110.254	32.087	585	89.786
São Simão	10.144	89.291	30.285	849	68.301
Total	122.322	1.077.041	347.382	29.956	822.025

	31/12/17				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	4.162	83.837	27.945	14.989	45.064
Calheiros	3.449	68.966	21.971	14.626	35.548
Caparaó	1.658	21.614	5.225	2.765	15.282
Carangola	3.189	50.931	14.447	8.424	31.249
Funil	9.075	73.370	26.072	11.526	44.846
Irara	5.581	107.276	30.328	24.148	58.381
Jataí	6.250	103.874	32.803	19.086	58.235
Monte Serrat	7.488	115.648	28.414	24.052	70.671
Retiro Velho	5.690	99.066	19.445	15.583	69.729
Santa Fé	15.466	130.198	31.141	29.829	84.693
São Joaquim	9.638	66.977	19.454	10.998	46.163
São Pedro	16.179	116.818	30.587	18.016	84.394
São Simão	4.783	94.009	26.140	19.491	53.160
Total	92.608	1.132.584	313.972	213.533	697.415

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2018 e 2017 são apresentados como segue:

	31/12/18				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	26.515	20.517	20.333	19.285	18.340
Calheiros	23.497	17.400	16.851	15.807	14.973
Caparaó	5.178	3.280	3.195	3.007	2.829
Carangola	20.822	16.303	14.929	14.380	13.625
Funil	27.430	21.017	19.887	19.171	18.140
Irara	39.255	31.365	30.355	29.006	27.522
Jataí	43.865	35.057	33.513	32.165	30.609
Monte Serrat	37.785	28.256	28.899	27.193	25.504
Retiro Velho	27.468	19.576	19.022	18.080	17.068
Santa Fé	56.609	46.940	42.519	41.208	39.151
São Joaquim	29.124	23.844	22.512	21.898	20.834
São Pedro	38.154	31.136	28.228	27.169	25.722
São Simão	32.956	25.801	25.192	23.782	22.584
Total	408.658	320.492	305.435	292.151	276.901

	31/12/17				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	25.572	19.388	21.110	18.984	17.393
Calheiros	22.200	15.851	15.329	13.339	12.539
Caparaó	4.901	3.330	3.289	2.844	2.689
Carangola	19.728	14.610	14.084	12.764	12.086
Funil	26.037	19.701	19.027	17.218	16.286
Irara	37.901	29.252	28.695	25.666	24.343
Jataí	42.277	31.224	30.067	27.206	25.758
Monte Serrat	36.846	28.106	27.521	24.209	22.902
Retiro Velho	26.551	18.521	18.161	15.895	14.932
Santa Fé	54.705	45.054	38.113	35.089	33.016
São Joaquim	27.144	21.664	21.059	19.642	18.642
São Pedro	35.799	27.883	26.723	24.406	23.047
São Simão	31.260	23.590	22.959	20.177	19.059
Total	390.921	298.174	286.137	257.439	242.692

c) Dividendos a receber

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	168.947
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	226.004
Dividendos recebidos	(212.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	182.900
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	238.693
Dividendos recebidos	(152.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	268.683

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo circulante - outras contas a receber	397	480	-	-
Ativo circulante - dividendos a receber:				
PCHPAR Participações S.A.	268.683	182.900	-	-
Passivo circulante - dividendos a pagar:				
Chiple SP Participações S.A.	9.179	33.219	9.179	33.219
Eletroriver S.A.	6.174	22.341	6.174	22.341
BSB Energética S.A.	2.646	9.575	2.646	9.575
Total	17.999	65.135	17.999	65.135

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2018 a remuneração da Administração foi de R\$1.100 (R\$1.170 em 31 de dezembro de 2017).

16. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Terrenos	-	-	-	37.751	38.197
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	132.232	135.676
Conduto forçado	3,13%	-	-	33.053	34.554
Gerador	3,33%	-	-	76.849	80.593
Comporta	3,33%	-	-	24.631	25.214
Subestação unitária	3,57%	-	-	48.065	51.259
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	21.134	22.279
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	356.559	366.801
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	255.333	260.583
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	836	304
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	14	21	56.802	60.792
Imobilizado em curso	-	-	-	301	-
Total		14	21	1.043.546	1.076.252

b) Movimentação do imobilizado – consolidado

2018

	<u>31/12/17</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/18</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	38.197	797	(1.241)	37.751
Turbina hidráulica	172.547	1.371	(661)	173.257
Conduto forçado	47.973	-	-	47.973
Gerador	113.863	49	-	113.911
Comporta	35.494	1.364	(888)	35.970
Subestação unitária	76.559	14	(756)	75.817
Estrutura de tensão	31.374	-	(42)	31.332
Casa de força produção hidráulica	447.600	221	(1.893)	445.926
Reservatório, barragem, adutora	316.146	1.190	(269)	317.075
Adiantamento a fornecedores	304	532	-	836
Outras máquinas e equipamentos	88.628	933	(2.517)	87.045
Imobilizado em curso	-	301	-	301
Total	1.368.685	6.772	(8.267)	1.367.193
<u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(36.871)	(4.315)	162	(41.024)
Conduto forçado	(13.419)	(1.501)	-	(14.920)
Gerador	(33.270)	(3.792)	-	(37.062)
Comporta	(10.280)	(1.189)	130	(11.339)
Subestação unitária	(25.300)	(2.717)	265	(27.752)
Estrutura de tensão	(9.095)	(1.117)	14	(10.198)
Casa de força produção hidráulica	(80.799)	(8.928)	360	(89.367)
Reservatório, barragem, adutora	(55.563)	(6.179)	-	(61.742)
Outras máquinas e equipamentos	(27.836)	(3.265)	861	(30.243)
Total	(292.433)	(33.003)	1.792	(323.647)
Imobilizado líquido	1.076.252	(26.231)	(6.475)	1.043.546

2017

	<u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u> (*)	<u>31/12/17</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	74.877	2.179	(1.621)	(37.237)	38.197
Turbina hidráulica	163.723	943	(208)	8.088	173.547
Conduto forçado	43.989	-	-	3.985	47.973
Gerador	105.607	902	(317)	7.670	113.863
Comporta	31.248	-	-	4.247	35.494
Subestação unitária	77.400	-	(843)	-	76.559
Estrutura de tensão	30.102	-	-	1.272	31.374
Casa de força produção hidráulica	446.458	1.437	(294)	-	447.600
Reservatório, barragem, adutora	314.511	2.073	(437)	-	316.146
Adiantamento a fornecedores	-	304	-	-	304
Outras máquinas e equipamentos	80.889	598	(2.496)	9.637	88.628
Total	1.368.804	8.436	(6.216)	(2.338)	1.368.685

	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/17
(-) Depreciação					
Turbina hidráulica	(31.602)	(5.313)	47	-	(36.871)
Conduto forçado	(11.296)	(2.124)	-	-	(13.419)
Gerador	(28.300)	(5.061)	88	-	(33.270)
Comporta	(8.393)	(1.889)	-	-	(10.280)
Subestação unitária	(22.824)	(2.759)	280	-	(25.300)
Estrutura de tensão	(7.748)	(1.348)	-	-	(9.095)
Casa de força produção hidráulica	(71.918)	(8.936)	57	-	(80.799)
Reservatório, barragem, adutora	(49.472)	(6.161)	68	-	(55.563)
Outras máquinas e equipamentos	(23.790)	(4.996)	956	-	(27.836)
Total	(255.343)	(38.587)	1.496		(292.434)
Imobilizado líquido	<u>1.113.461</u>	<u>(30.151)</u>	<u>(4.720)</u>	<u>(2.338)</u>	<u>1.076.252</u>

(*) Transferências do ativo imobilizado para o ativo intangível.

17. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

Descrição	Taxa de amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Software	20%	41	53	462	463
Medidas compensatórias	10 a 25%	-	-	4.732	2.752
Servidões		-	-	2.171	2.160
Indenização de terras		-	-	2.314	2.276
Legalização de terras		-	-	1.285	1.310
Total		<u>41</u>	<u>53</u>	<u>10.964</u>	<u>8.961</u>

b) Movimentação do intangível – consolidado

2018

Custo	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
Software	1.779	165	(16)	1.928
Medidas compensatórias	10.338	3.159	(34)	13.463
Servidões	2.160	11	-	2.171
Indenização de terras	2.276	51	(13)	2.314
Legalização de terras	1.310	-	(25)	1.285
Subtotal	<u>17.863</u>	<u>3.386</u>	<u>(88)</u>	<u>21.161</u>
(-) Amortização	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
Software	(1.316)	(155)	5	(1.466)
Medidas compensatórias	(7.586)	(1.145)	-	(8.731)
Subtotal	<u>(8.902)</u>	<u>(1.300)</u>	<u>5</u>	<u>(10.197)</u>
Total do intangível líquido	<u>8.961</u>	<u>2.086</u>	<u>(83)</u>	<u>10.964</u>

2017

<u>Custo</u>	<u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>31/12/17</u>
Software	1.612	170	(3)	-	1.779
Medidas compensatórias	10.329	532	(523)	-	10.338
Servidões	-	-	-	2.160	2.160
Indenização de terras	2.837	-	(561)	-	2.276
Legalização de terras	802	330	-	178	1.310
Subtotal	15.580	1.032	(1.087)	2.338	17.863
<u>(-) Amortização</u>	<u>31/12/16</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/17</u>
Software	(1.144)	(172)	-	-	(1.316)
Medidas compensatórias	(7.113)	(473)	-	-	(7.586)
Subtotal	(8.257)	(645)	-	-	(8.902)
Total do intangível líquido	7.323	387	(1.087)	2.338	8.961

(*) Transferências entre ativo imobilizado para o ativo intangível.

18. DIFERIDO

<u>Diferido</u>	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Encargos financeiros	10%	75.735	75.735
Amortização acumulada		(75.735)	(69.478)
Total		-	6.257

Os encargos financeiros referem-se aos juros e às atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia. Em outubro de 2018, conforme liquidação do empréstimo da Petros o saldo do ativo diferido foi amortizado totalmente contra resultado.

19. FINANCIAMENTOS – BNDES (CONSOLIDADO)

Em 13 de abril de 2006, visando buscar recursos para implementação do projeto, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato foi paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, com a primeira paga em 17 de novembro de 2008 e a última com vencimento em 16 de agosto de 2021, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Saldo inicial	266.850	345.105
Encargos provisionados	18.449	31.493
Pagamento principal (*)	(266.956)	(81.255)
Pagamentos juros e atualização monetária (*)	(18.343)	(28.493)
Saldo final (*)	-	266.850

- (*) Em 19 de outubro de 2018, em função de deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, a Brasil PCH nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei da Sociedades por Ações"), realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, com valor nominal unitário de R\$1, sendo 450.000 debêntures da primeira série e 450.000 debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$900.000 com a finalidade de quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES – o valor total da quitação do BNDES foi de R\$198.931, corresponde a R\$198.731 de principal e R\$200 de juros.

20. EMPRÉSTIMOS - CCBs - PETROS

Em 28 de fevereiro de 2007, em 28 de agosto de 2008 e em 30 de junho de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCBs de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., nos respectivos montantes de, R\$192.000, R\$50.000 e R\$38.000, que foram transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo principal de substituir a dívida de curto prazo anteriormente contratada através de Notas Promissórias.

Estas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros, amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerados os quatro anos de carência.

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Saldo inicial	570.644	645.944
Encargos provisionados	86.453	51.881
Pagamento principal (*)	(120.800)	(28.000)
Pagamentos juros e atualização monetária (*)	<u>(536.297)</u>	<u>(99.181)</u>
Saldo final (*)	<u>-</u>	<u>570.644</u>

- (*) Em 19 de outubro de 2018, em função de deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, a Brasil PCH nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei da Sociedades por Ações"), realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, com valor nominal unitário de R\$1, sendo 450.000 debêntures da primeira série e 450.000 debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$900.000 com a finalidade de quitação antecipada do empréstimo junto a PETROS – o valor total da quitação foi de R\$543.822, corresponde a R\$97.800 de principal, R\$439.159 de juros e atualização monetária e R\$6.862 relativo a multa contratual sobre a operação de antecipação de pagamento.

21. DEBÊNTURES

Em deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas da BPCH aprovaram a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão, sendo 450.000 debêntures da primeira série (Banco Itaú BBA) e 450.000 debêntures da segunda série (Banco Santander "Brasil" S.A.), perfazendo o montante total de R\$900.000.

Estas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, nos meses de fevereiro, maio, agosto e setembro de cada ano. Os juros terão uma carência de 4 meses (primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2019 e último pagamento em 15 de novembro de 2026), enquanto que o principal terá uma carência de 13 meses (primeiro pagamento em 15 de novembro de 2019 e último pagamento em 15 de novembro de 2026).

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Total</u>
Debêntures - Itaú – indexada a CDI + 2,36%	450.000	1	458.024
Debêntures – Santander – indexada a IPCA+8,2639%	450.000	1	458.072
(-) Custo com transação com debêntures			<u>(10.484)</u>
			<u>905.612</u>
Passivo circulante			41.758
Passivo não circulante			863.854

A operação possui cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

a) Garantias

Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações emitidas pela PCHPAR Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A. e as ações emitidas pelas PCHs de propriedades da PCHPAR Participações S.A., podendo os debenturistas, no caso de inadimplemento da beneficiária, após a realização de assembleia geral pertinente, os debenturistas poderão após a fixação mínima do preço de venda das ações, poderão, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, utilizando o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

As debêntures estão garantidas, ainda, por cessão fiduciária de: (i) direitos emergentes das autorizações concedidas às PCHs pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; (ii) os direitos creditórios que venham a ser devidos às PCHs no âmbito dos Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (CCE e PROINFA, respectivamente); (iii) direitos creditórios oriundos dos seguros de Risco Operacional, em nome das PCHs, sendo as apólices de tais seguros alteradas de forma a prever os Debenturistas, devidamente representados pelo Agente Fiduciário, como beneficiários; e (iv) todos e quaisquer direitos, inclusive aplicações financeiras e seus rendimentos, sobre as contas vinculadas a serem cedidas fiduciariamente e descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de recebíveis em que serão depositados em montantes financeiros mencionados nos subitens (i), (ii) e (iii) deste item.

b) Restrições

A Brasil PCH S.A. não pode tomar novas dívidas, salvo aquelas contraídas exclusivamente no curso normal dos negócios, até o limite agregado de R\$30.000 e não poderá realizar reduções de capital.

Os recebíveis dos Contratos de Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás, cedidos fiduciariamente, serão depositados diretamente no Banco Depositário (BNP PARIBAS) contratado pelo Agente de Contas (TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos), o qual receberá orientações diretamente do Agente Fiduciário (Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) para transferir os recursos financeiros para as contas de livre movimentação das PCHs e da emissora.

Manter em conta vinculada o valor de R\$94.000, até que haja uma sinalização da ELETROBRAS para iniciar os descontos dos ajustes do PROINFA. Este valor deverá ficar aplicado no Fundo BNP PARIBAS SOBERANO FIC DE FI RENDA FIXA – SIMPLE.

Manter, durante todo período de amortização das debêntures, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior ou equivalente a 1,20 apurados nos Demonstrativos Financeiros Consolidado Auditado da Brasil PCH S.A., para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares – trimestral ou semestral). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atendeu apresentando um índice de ICSD 7,65.

Instrumento Financeiro derivativo - SWAP

Para a 1ª série de debêntures, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de "Swap" para igualar as remunerações em IPCA das debêntures - 1ª série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2747%), a metodologia de cálculo aplicado foi "Accrual" (taxa efetiva). Em 31 de dezembro de 2018 o saldo desta operação resultou no valor de R\$129.

Data de vencimento da operação	Saldo valor inicial	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (ativo - curva CDI)	Valor do ajuste bruto p/cliente acumulado
16/11/26	450.000	458.206	(458.077)	129

22. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

		31/12/17	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização financeira	31/12/18
Compromissos socioambientais	(a)	12.304	876	(1.354)	(389)	270	11.707
Provisão para medidas compensatórias	(b)	5.361	3.159	(34)	(1.642)	213	7.057
Provisão para legalização de terras	(c)	1.311	-	(25)	-	-	1.286
Provisão para indenizações de terras	(d)	13.440	236	(28)	(10)	-	13.638
Total		32.416	4.271	(1.441)	(2.041)	483	33.688
Passivo circulante		3.211					4.003
Passivo não circulante		29.205					29.685

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), o qual prevê área total a ser reforestada pela Companhia. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir, aproximadamente, 409,54 hectares de terras. Adicionalmente, a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 577,78 hectares. Os PACUERAS de algumas centrais ainda estão em processo de aprovação por parte dos agentes licenciadores competentes.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs do Grupo possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terras: a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.

- (d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	960	1.155
INSS a recolher	-	-	-	380
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)	-	-	512	548
Outros tributos a recolher	8	7	271	207
Total	8	7	1.743	2.290

24. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

a) Composição da receita diferida

		31/12/18	31/12/17
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(a)	63.627	47.731
Exposição ao MRE	(b)	27.129	23.170
Revisão garantia física	(c)	29.370	20.053
Total		120.126	90.954

b) Movimentação da receita diferida

		31/12/17	Constituição e atualização	31/12/18
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(a)	47.731	15.896	63.627
Exposição ao MRE	(b)	23.170	3.959	27.129
Garantia física	(c)	20.053	9.317	29.370
Total		90.954	29.172	120.126

		31/12/16	Constituição e atualização	31/12/17
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(a)	31.835	15.896	47.731
Exposição ao MRE	(b)	13.601	9.569	23.170
Garantia física	(c)	11.022	9.031	20.053
Total		56.458	34.079	90.954

- (a) Prêmio repactuação do risco hidrológico: vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.
- (b) Exposição ao MRE: vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.1.
- (c) Garantia física: vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.3.

25. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários e ambientais era de R\$2.842 (R\$2.407 em 31 de dezembro de 2017). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/17</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/18</u>
Trabalhista	191	41	-	232
Regulatório	223	-	(25)	198
Tributário	1.897	269	-	2.166
Cíveis	96	150	-	246
Total	<u>2.407</u>	<u>460</u>	<u>(25)</u>	<u>2.842</u>
Passivo circulante	972			1.132
Passivo não circulante	1.435			1.710

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Trabalhistas (a)	307	244
Cíveis (b)	4.030	3.987
Ambientais	96	96
Total	<u>4.433</u>	<u>4.327</u>

(a) O maior número de ações trabalhistas da Companhia refere-se à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão de obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.

(b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.

26. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em 4 de dezembro de 2014, a Brasil PCH S.A. e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. A Companhia identificou este contrato como sendo oneroso em função dos preços de compra de energia contratados serem maiores do que o preço de venda energia que a Companhia tem expectativa de obter no mercado.

Atualmente, a Companhia realiza a estimativa do contrato oneroso com base no valor da energia divulgado pela curva Dcide, referência no mercado quanto ao preço da energia. A provisão é constituída considerando os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, é ajustada a valor presente utilizando a taxa de mercado SELIC.

Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida para o exercício de 2018:

	<u>31/12/17</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>31/12/18</u>
Contrato compra de energia	39.685	(2.528)	(4.554)	4.785	37.388
Passivo circulante	5.822				11.277
Passivo não circulante	33.863				26.111

Com base nas premissas acima elencadas, a Companhia possui a estimativa de desembolso futuro conforme abaixo demonstrado:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	11.277
2020	12.716
2021	13.395
Total	<u>37.388</u>

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ON</u>	<u>%</u>
Chiple SP Participações S.A.	48.035.794	51,00
Eletroriver S.A.	32.306.426	34,30
BSB Energética S.A.	<u>13.845.611</u>	<u>14,70</u>
Total	<u>94.187.831</u>	<u>100,00</u>

b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto no artigo 202, § 5º, da Lei nº 6.404/1976, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto, esses valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Lucro líquido do exercício	160.389	203.736
(-) Reserva legal (*)	-	(4.932)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	160.389	198.804
Dividendos mínimos obrigatórios	(40.097)	(49.701)
Dividendos adicionais propostos	(120.292)	(61.877)
Reserva de retenção de lucros	-	87.226

(*) A Companhia não constituiu reserva legal, uma vez, que esta é limitada a 20% do capital social, conforme letra (b) acima.

Em 18 de abril de 2018, foram aprovados, em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária (AGE/AGO), os dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2016	46.721
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	93.414
Dividendos pagos	(75.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	65.135
Dividendos adicionais aprovado de 2017	61.877
Dividendos Lucros Retidos aprovado de 2017	87.226
Dividendos obrigatórios aprovados no 1º semestre de 2018	22.098
Dividendos adicionais aprovados no 1º semestre de 2018	66.294
Dividendos obrigatórios 2º semestre de 2018	17.999
Dividendos pagos	(302.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.999

28. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	437.967	424.587
Ajuste de garantia física	(9.317)	(9.031)
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(3.959)	(9.569)
Ajuste recontabilização e consumo interno	(552)	(256)
	<u>424.139</u>	<u>405.731</u>
Deduções à receita:		
PIS	(2.755)	(2.637)
COFINS	(12.726)	(12.172)
	<u>(15.481)</u>	<u>(14.809)</u>
Receita líquida de vendas	<u>408.659</u>	<u>390.922</u>

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e atualizações financeiras sobre empréstimos e financiamentos	(102.548)	(51.881)	(120.997)	(83.374)
Penalidades contratuais	(6.862)	-	(6.862)	-
Atualização contrato oneroso	(4.785)	(7.225)	(4.785)	(7.225)
Outras despesas financeiras	(971)	(70)	(2.087)	(1.939)
Total	<u>(115.166)</u>	<u>(59.176)</u>	<u>(134.731)</u>	<u>(92.538)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.057	10.191	7.705	12.436
PIS e COFINS s/ receita financeira	(232)	(1.265)	(232)	(1.265)
Atualização depósito judicial e ativos vinculados - BNDES	994	-	2.588	2.340
Outras receitas financeiras	333	610	356	757
Total	<u>4.152</u>	<u>9.536</u>	<u>10.417</u>	<u>14.268</u>
Total	<u>(111.014)</u>	<u>(49.640)</u>	<u>(124.314)</u>	<u>(78.270)</u>

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	160.389	203.736	181.837	226.063
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(54.532)	(69.270)	(61.825)	(76.861)
Exclusões (adições) permanentes:	-	-	-	-
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	116.625	77.012
Efeitos de equivalência patrimonial	94.142	82.523	-	-
Crédito não constituído	(39.610)	(13.253)	(39.610)	(13.253)
Outros	-	-	-	(1.651)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.191)</u>	<u>(14.753)</u>
Correntes	-	-	(15.600)	(15.326)
Diferidos	-	-	409	573

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante acumulado de R\$904 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$771 milhões em 31 de dezembro de 2017). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido do consolidado é composto como segue:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
PIS e COFINS diferidos	5.328	4.844
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos	<u>4.497</u>	<u>4.087</u>
Total	<u>9.825</u>	<u>8.931</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

31. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/18</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/18</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	4.168	63.667
Aplicações financeiras – contas vinculadas	94.994	94.994
Contas a receber de clientes	-	58.189
Depósitos judiciais	1.484	13.965
Outras contas a receber	397	121
Ativos vinculados – BNDES	-	-
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	11	350
Empréstimos e financiamentos	-	-
Debêntures	916.096	916.096
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	129	129
Outros passivos	705	844

Os valores contábeis e valores justos estimados para as debêntures são similares em 31 de dezembro de 2018, tendo em vista que as operações das debêntures foram concretizadas em outubro do ano corrente. Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão.

Não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo nos Níveis 1 e 3 de hierarquia.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures na Controladora (CDI).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,40%) e IPCA (-0,21) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Consolidado

Operação	Exposição 31/12/18	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	63.625	Diminuição do CDI	Resultado	4.072	3.054	2.036
Aplicações financeiras - conta vinculada	94.994	Diminuição do CDI	Resultado	6.080	4.560	3.040
Debêntures - Itaú	(458.024)	Aumento do CDI + 2,39	Resultado	(40.260)	(50.325)	(60.390)
Debêntures - Santander	(458.072)	Aumento do IPCA + 8,2647	Resultado	(36.896)	(46.120)	(55.344)

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3: informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

32. COBERTURA DE SEGURO

Seguro "Directors & Officers - D&O"

A Companhia contratou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2019 e cobertura no montante de R\$30.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro no valor de R\$40.000 com vigência até 28 de abril de 2019 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2017, com vigência até 27 de junho de 2019, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.865.974, lucros cessantes no montante de R\$401.840, linha transmissão R\$95.706 e Barragens R\$462.382, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia e suas controladas não foi examinada pelos auditores independentes.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	(1.441)	2.270
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	4.271	1.958
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de depósitos judiciais	-	-	-	2.073
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a pagar	17.999	93.414	17.999	93.414
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a receber	268.683	226.004	-	-
Transferência entre ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	-	2.338
Transferência entre provisão para contrato oneroso e outras contas a pagar	329	1.030	329	1.030

34. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2019.

Composição do Conselho de Administração

Cristiano Corrêa de Barros - Presidente

Paulo Celso Guerra Lage - Conselheiro

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho - Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz – Diretor Presidente

Cristiano Corrêa de Barros - Diretor

Contador

Maria de Lourdes Moraes de Aguiar
CRC MG – 078189/0-5